



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA



BALANÇO GERAL DO ESTADO

EXERCÍCIO DE 2007



Manaus - Amazonas

PROSAMIM



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Carlos Eduardo de Souza Braga
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Ispere Abrahim Lima
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO - SEFAZ
Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Maria da Conceição Guerreiro de Souza
Diretora





SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
BALANÇO GERAL DO ESTADO – EXERCÍCIO 2007



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Carlos Eduardo de Souza Braga
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Isper Abraham Lima
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO - SEFAZ
Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Maria da Conceição Guerreiro de Souza
Diretora

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
Wilma Ferreira Barros
Gerente

GERÊNCIA DE INSPETORIA SETORIAL
Nícias Goreth Bastos Varjão
Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE ECON. FISCAL
Lucilene Moraes Goudinho
Gerente

GERÊNCIA DE NORMAS E AVALIAÇÃO
DA EXECUÇÃO DA DESPESA
Aderson Silva e Costa
Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE DE BALANÇO
Vera Alice da Silva Peres
Gerente





Equipe Técnica

Carlos Eduardo Ehl Dourado	Lindalva Amorim Mourão
Carlos Henry Dantas de Sousa	Luiz Otávio da Silva
Clei Pereira Pantoja	Luiz Paulo Wulf
Clóvis Eduardo Pereira dos Santos	Marcos André Pontes Cavalcanti
Denis Moura de Oliveira Rocha	Marcia Jeane M. de Oliveira
Fernando Cavazza Campos	Rodolfo Pinto Bentes
Jane Maria Mendonça Santana	Rozendo Galdino da Silva Filho
Jefferson de Oliveira Carlos	Solange Ribeiro de Andrade
Johm Carlos Martins Maciel	Sonia Maria e Silva Nogueira
Leonardo dos Santos do Rego Barros	Tânia Georgina Oliveira d'Oran
	Valdênia Santos Martins de Pinho





Inspetores Setoriais

Adelaide Almeida Borges	Maria das Graças de Almeida Maquiné
Ana Paula Barbosa Cereja	Maria do Socorro do N. Ferreira
Benedita de Almeida Santana	Maria de Nazaré Mota Campos
Célia Franco Cordeiro Magalhães	Maria Vilani Dias de Almeida
Dione Rodrigues da Rocha	Regina Jurema Bezerra
Francisco Raimundo R. Pacheco	Renan Azevedo de Queiroz
Gracy Lene Pereira Alves	Raimundo Ricardo Nogueira Lopes
Gilce Albano Jatahy	Sidney Reis Coelho
Lourdes Marina Gonçalves Cardoso	Suanisley Holanda de Oliveira

Colaborador

Antonio Benedito Cláudio Pereira





SUMÁRIO

RELATÓRIO

Introdução	07
1 Gestão Orçamentária	07
1.1 Receita Orçamentária	08
1.2 Despesa Orçamentária	09
1.3 Alterações Orçamentárias	10
2 Gestão da Execução da Receita	10
2.1 Receita Orçamentária	10
2.2 Receita Tributária	14
2.3 Transferências Correntes	18
2.4 Receitas de Capital	20
2.5 Transferências de Capital	21
2.6 Renúncia Fiscal	22
3 Gestão da Execução da Despesa	23
3.1 Despesa Orçamentária	23
3.2 Execução da Despesa	25
3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	30
3.4 Repasse aos Poderes	31
4 Análise dos Balanços	32
4.1 Balanço Orçamentário	32
4.2 Balanço Financeiro	33
4.3 Balanço Patrimonial	34
4.3.1 Resultado/Saldo Patrimonial	35
4.4 Variações Patrimoniais	36
5 Balanços das Empresas Públicas	37
6 Gestão da Dívida	37
6.1 Dívida Ativa	37
6.2 Dívida Pública	38



7 Gestão Fiscal	40
7.1 Gastos com Pessoal	40
7.2 Aplicações na Educação	41
7.3 Aplicação na Saúde	44
7.4 Resultado Primário e Operacional	45
8 Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado	46
9 Considerações Finais	46

QUADROS

01 Demonstrativo da Receita Arrecadada Consolidada do Estado	49
02 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos	53
03 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Órgão	54
04 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada	57
05 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada	59
06 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Paga	61
07 Síntese do Balanço Patrimonial das Empresas Públicas	63

ANEXOS

01 Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas	65
10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	67
12 Balanço Orçamentário	76
13 Balanço Financeiro	78
14 Balanço Patrimonial	80
15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais	82
16 Demonstrativo da Dívida Fundada Interna	84
16 Demonstrativo da Dívida Fundada Externa	87
17 Demonstrativo da Dívida Flutuante	89



RELATÓRIO

INTRODUÇÃO

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2007, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Sr. Eduardo Braga, à Assembléia Legislativa.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o Balanço Geral do Estado atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVI e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.075, de 01 de agosto de 2006, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2007, e na Lei nº 3.106, de 21 de dezembro de 2006 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 6,104 bilhões, cabendo à Administração Direta o valor de R\$ 4,646 bilhões e à Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Fundos) R\$ 1,458 bilhão, ficando do total da administração direta o valor de R\$ 385 milhões como reserva de contingência.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receita Orçamentária

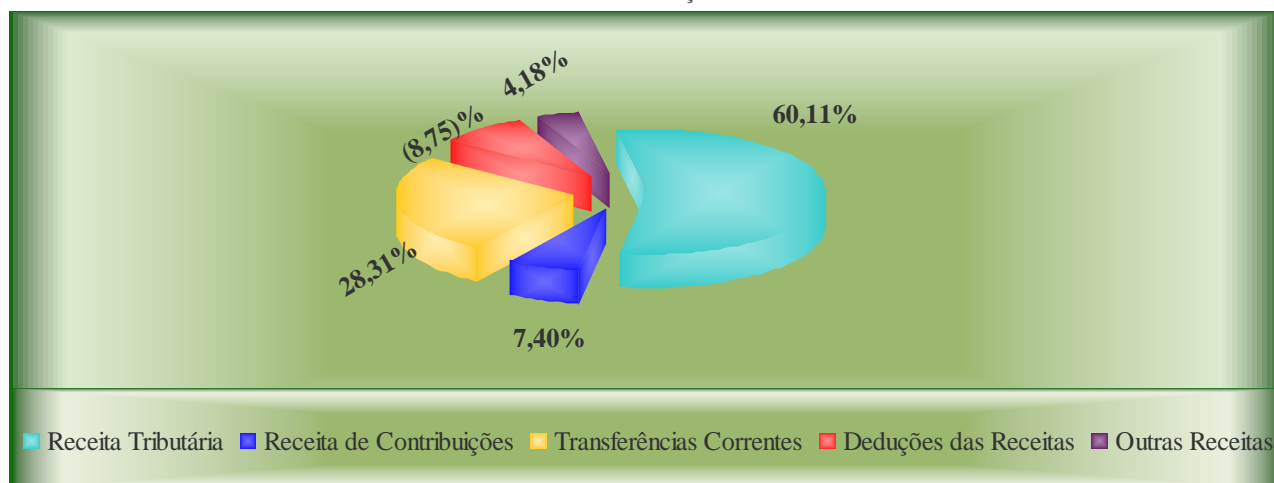
A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2007 foi de R\$ 6,104 bilhões, destacando-se as fontes “receita tributária”, com percentual de 60,11% e “transferências correntes”, com 28,31%, sem considerar as deduções para o FUNDEB³. Demonstramos na tabela 01 e gráfico 01 a classificação de cada receita.

Tabela 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA	PERC. %
RECEITAS CORRENTES	6.567.233.000,00	98,17
Receita Tributária	4.021.320.000,00	60,11
Receita de Contribuições	495.000.000,00	7,40
Receita Patrimonial	33.100.000,00	0,49
Receita Industrial	10.500.000,00	0,16
Receita de Serviços	58.273.000,00	0,87
Transferências Correntes	1.894.070.000,00	28,31
Outras Receitas Correntes	54.970.000,00	0,83
RECEITAS DE CAPITAL	122.740.000,00	1,83
Operações de Crédito	89.000.000,00	1,32
Alienação de Bens	400.000,00	0,01
Amortização de Empréstimos	1.200.000,00	0,02
Transferências de Capital	10.140.000,00	0,15
Outras Receitas de Capital	22.000.000,00	0,33
SUBTOTAL	6.689.973.000,00	100,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(585.525.000,00)	(8,75)
TOTAL DA RECEITA	6.104.448.000,00	91,25

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada



³ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, (Art 1º, Lei 11.494/2007)



1.2 Despesa Orçamentária

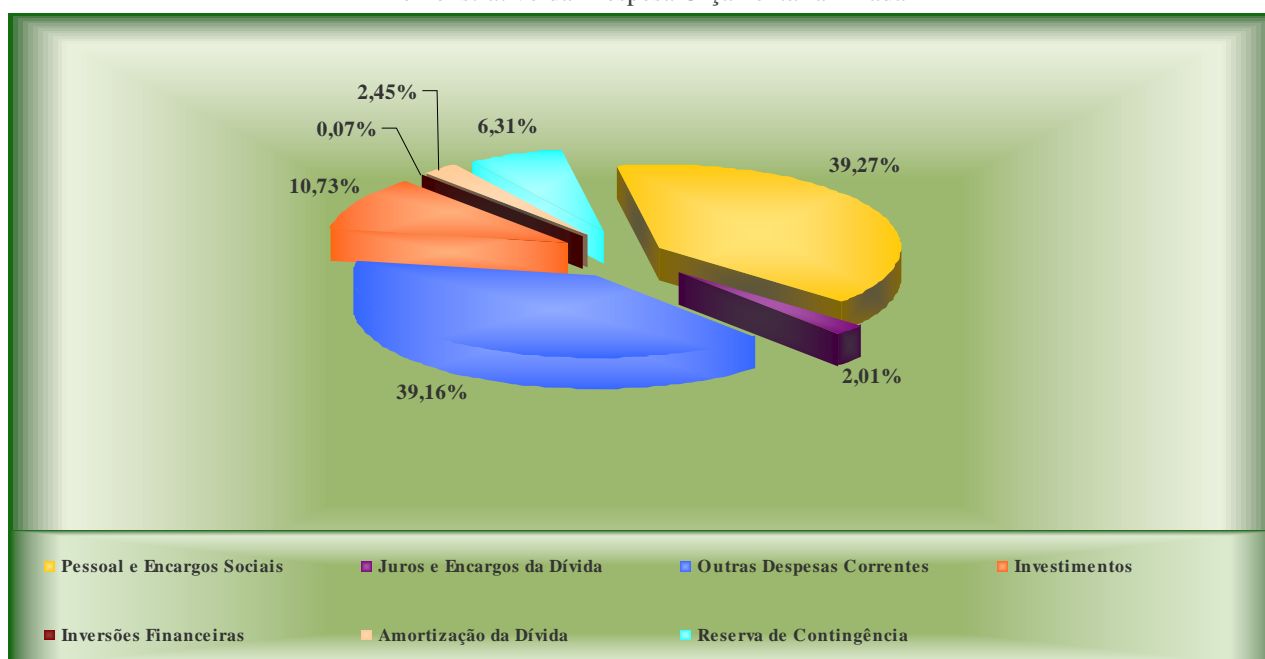
São fixadas em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.106, de 21 de dezembro de 2006 – LOA, demonstramos na tabela 02 e gráfico 02 as despesas fixadas para o exercício de 2007 no valor de R\$ 6,104 bilhões, distribuídas por categorias econômicas e grupo de despesa, consolidadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PERC. %
DESPESAS CORRENTES	4.910.410.330,00	80,44
Pessoal e Encargos Sociais	2.396.966.500,00	39,27
Juros e Encargos da Dívida	122.483.830,00	2,01
Outras Despesas Correntes	2.390.960.000,00	39,16
DESPESAS DE CAPITAL	808.554.670,00	13,25
Investimentos	655.144.500,00	10,73
Inversões Financeiras	4.134.000,00	0,07
Amortização da Dívida	149.276.170,00	2,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	385.483.000,00	6,31
TOTAL DA DESPESA	6.104.448.000,00	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada





1.3 Alterações Orçamentárias

Com base no Art. 4º da Lei Orçamentária Anual - LOA, o governo realizou alterações no orçamento inicial, o qual foi acrescido de 8,22%, portanto, abaixo do percentual de 40% estabelecido na legislação, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

	R\$
1 ORÇAMENTO INICIAL	6.104.448.000,00
2 CRÉDITOS ADICIONAIS	2.429.971.580,32
2.1 Suplementares	2.422.065.569,41
2.2 Especiais	7.906.010,91
3 CRÉDITOS ANULADOS	1.927.964.840,02
3.1 Orçamentários e Suplementares	1.927.964.840,02
4 ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	6.606.454.740,30
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	8,22

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

2.1 Receita Orçamentária

Compreende o valor da receita estimada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 04 demonstramos, por categoria econômica, a execução da receita orçamentária do exercício de 2007, com total acumulado de R\$ 6,584 bilhões, apresentando um excesso nominal, comparado a estimada inicialmente, de 7,86% ou R\$ 479 milhões, considerando as deduções da receita para o FUNDEB de 9,14%.



Tabela 04
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	EXCESSO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	6.567.233.000,00	7.036.716.343,72	469.483.343,72	107,15	97,11
Tributária	4.021.320.000,00	3.991.535.975,43	(29.784.024,57)	99,26	55,09
De Contribuições	495.000.000,00	492.206.578,05	(2.793.421,95)	99,44	6,79
Patrimonial	33.100.000,00	50.428.577,24	17.328.577,24	152,35	0,70
Agropecuária	0,00	840,00	840,00	0,00	0,00
Industrial	10.500.000,00	10.340.141,85	(159.858,15)	98,48	0,14
De Serviços	58.273.000,00	91.178.283,52	32.905.283,52	156,47	1,26
Transferências Correntes	1.894.070.000,00	2.094.766.845,75	200.696.845,75	110,60	28,91
Outras Receitas Correntes	54.970.000,00	306.259.101,88	251.289.101,88	557,14	4,22
RECEITAS DE CAPITAL	122.740.000,00	209.199.195,38	86.459.195,38	170,44	2,89
Operações de Crédito	89.000.000,00	131.177.883,22	42.177.883,22	147,39	1,81
Alienação de Bens	400.000,00	1.197.640,19	797.640,19	299,41	0,02
Amortizações de Empréstimos	1.200.000,00	490.053,26	(709.946,74)	40,84	0,01
Transferência de Capital	10.140.000,00	56.819.877,33	46.679.877,33	560,35	0,78
Outras Receitas de Capital	22.000.000,00	19.513.741,38	(2.486.258,62)	88,70	0,27
SUBTOTAL	6.689.973.000,00	7.245.915.539,10	555.942.539,10	108,31	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(585.525.000,00)	(661.918.377,27)	(76.393.377,27)	113,05	(9,14)
TOTAL	6.104.448.000,00	6.583.997.161,83	479.549.161,83	107,86	90,86

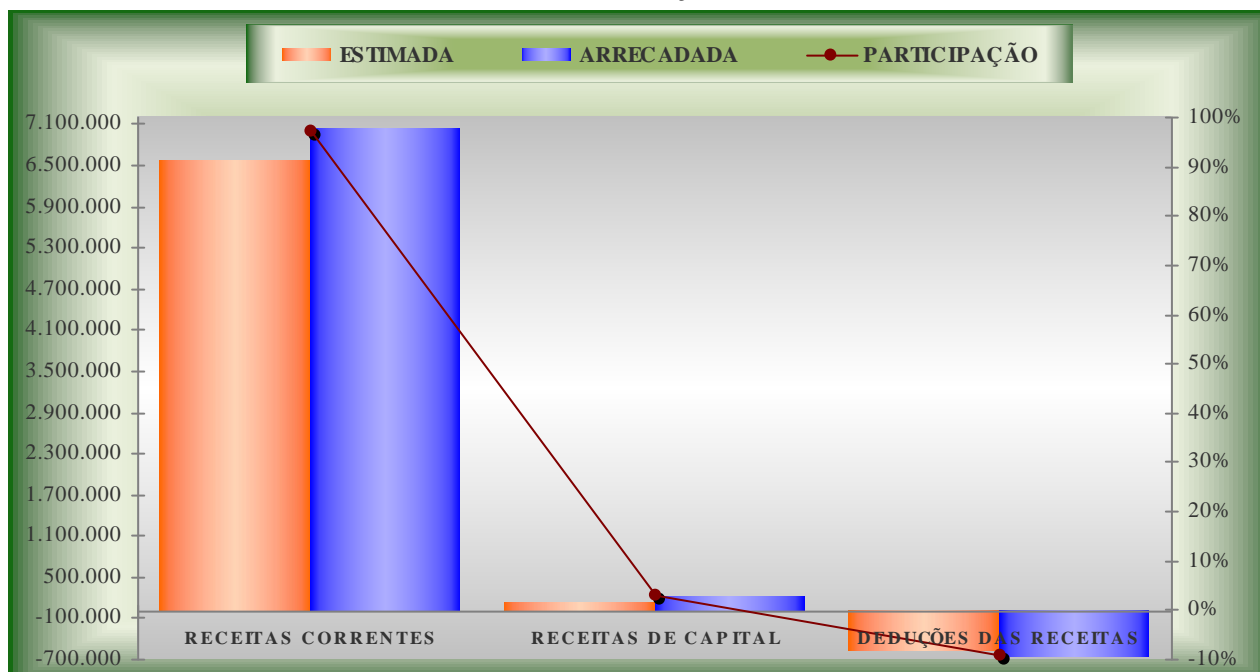
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Observa-se no gráfico 03 um excesso de arrecadação, tanto nas receitas correntes, quanto nas receitas de capital, em relação à estimada inicialmente. Além disso, há um destaque significativo das receitas correntes em relação às receitas de capital, o que evidencia a participação destas receitas no financiamento da administração governamental.



Gráfico 03
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$ Mil



No Quadro 01, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal das receitas orçamentárias de 2007, por categoria econômica.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas orçamentárias realizadas, no período de 2003 a 2007, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2007 apresentou uma variação nominal de 75,23% ante 2003, e de 13,91% em relação a 2006. Evidencia-se, portanto, uma média nominal de 15,05% nos últimos cinco anos de governo, o que coloca o Estado do Amazonas entre os Estados de maior crescimento econômico do Brasil no período.



Tabela 05
Evolução da Receita

R\$ Mil

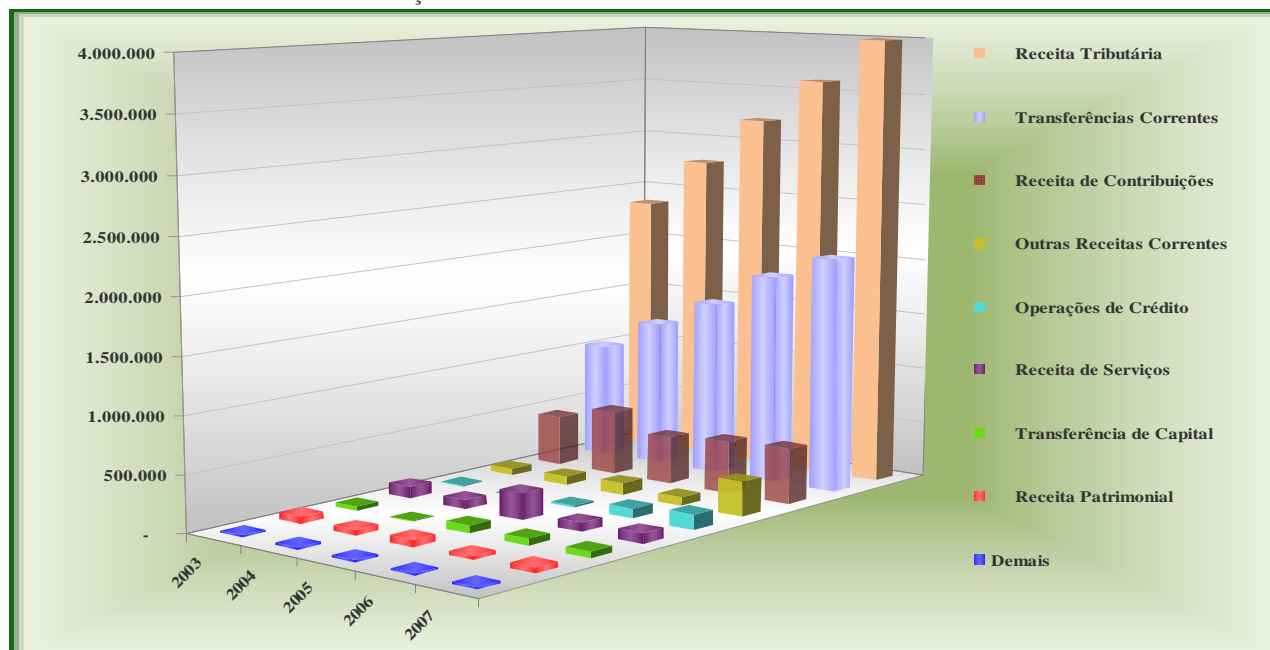
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2003	2004	2005	2006	2007	2007/ 2003	2007/ 2006
RECEITAS CORRENTES	4.053.006	4.882.618	5.606.298	6.137.517	7.036.716	73,62	14,65
Receita Tributária	2.346.663	2.779.878	3.205.311	3.596.389	3.991.536	70,09	10,99
Receita de Contribuições	444.143	573.645	421.556	468.020	492.207	10,82	5,17
Receita Patrimonial	61.896	47.316	67.414	39.989	50.429	(18,53)	26,11
Receita Agropecuária	0	29	16	11	1	-	(92,36)
Receita Industrial	6.367	8.374	8.666	9.467	10.340	62,40	9,22
Receita de Serviços	104.435	82.973	233.101	78.116	91.178	(12,69)	16,72
Transferências Correntes	1.032.179	1.313.571	1.562.536	1.872.245	2.094.767	102,95	11,89
Outras Receitas Correntes	57.321	76.830	107.698	73.280	306.259	434,29	317,93
RECEITAS DE CAPITAL	53.118	35.299	107.871	169.387	209.199	293,84	23,50
Operações de Crédito	8.134	1.665	11.950	86.097	131.178	1.512,71	52,36
Alienação de Bens	413	1.618	1.032	183	1.198	189,99	554,45
Amortização de Empréstimos	579	559	405	925	490	(15,36)	(47,02)
Transferência de Capital	33.804	8.682	69.368	60.723	56.820	68,09	(6,43)
Outras Receitas de Capital	10.189	22.775	25.116	21.459	19.514	91,52	(9,07)
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(348.831)	(402.546)	(472.535)	(526.778)	(661.918)	89,75	25,65
TOTAL	3.757.293	4.515.371	5.241.634	5.780.126	6.583.997	75,23	13,91

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 04
Evolução da Receita - Exercício de 2003 a 2007

Mil





2.2 Receita Tributária

Proveniente de impostos e taxas arrecadadas pelo ente público. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos a receita tributária que totalizou R\$ 3,991 bilhões no exercício de 2007, apresentando um crescimento nominal de R\$ 395 milhões em relação a 2006 ou 10,99%. Evidencia-se que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 92,81% do total, tendo o obtido uma variação nominal de 10,63%, ante 2006, nessa fonte.

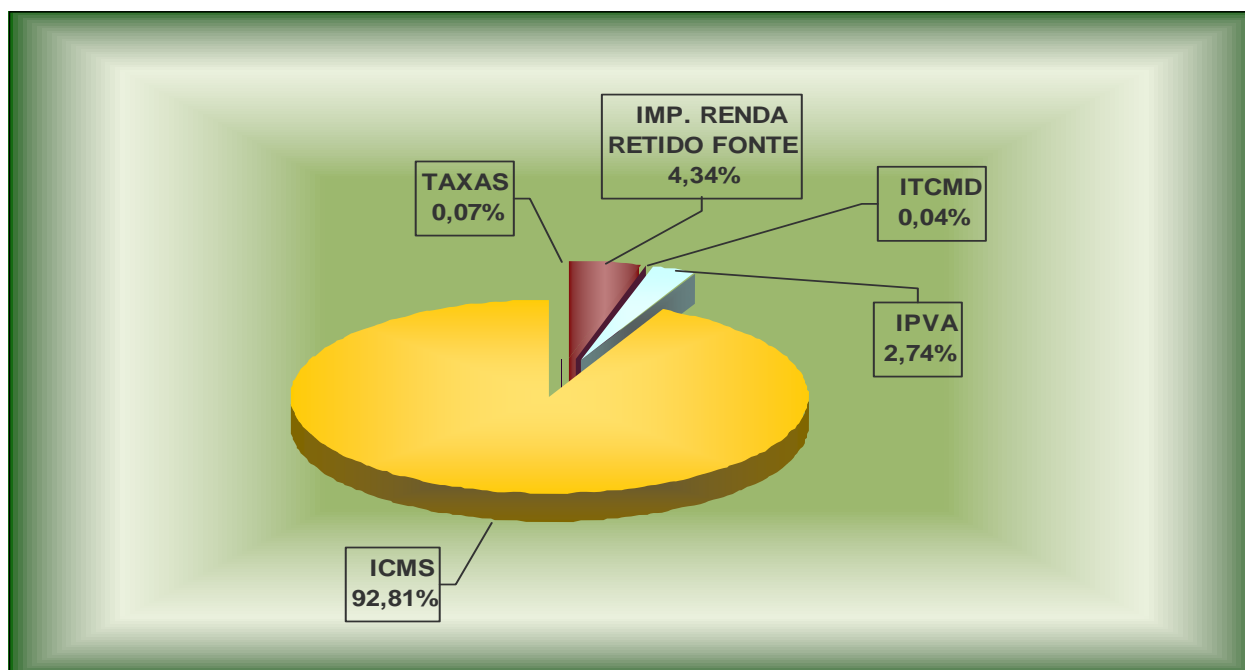
Tabela 06
Comparativo da Receita Tributária

FONTE	ARRECADADO		%	
	2006	2007	PART.	VAR.
IMPOSTOS	3.593.925.774,87	3.988.732.717,13	99,93	10,99
IR Retido na Fonte	157.542.242,94	172.966.766,03	4,34	9,79
ICMS	3.348.676.898,73	3.704.649.613,91	92,81	10,63
IPVA	86.979.759,34	109.343.956,88	2,74	25,71
ITCMD	726.873,86	1.772.380,31	0,04	143,84
TAXAS	2.463.065,82	2.803.258,30	0,07	13,81
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	3.596.388.840,69	3.991.535.975,43	100,00	10,99

Fonte: AFI – Secretaria Executiva do Tesouro - AM

Nota: Valores brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2007





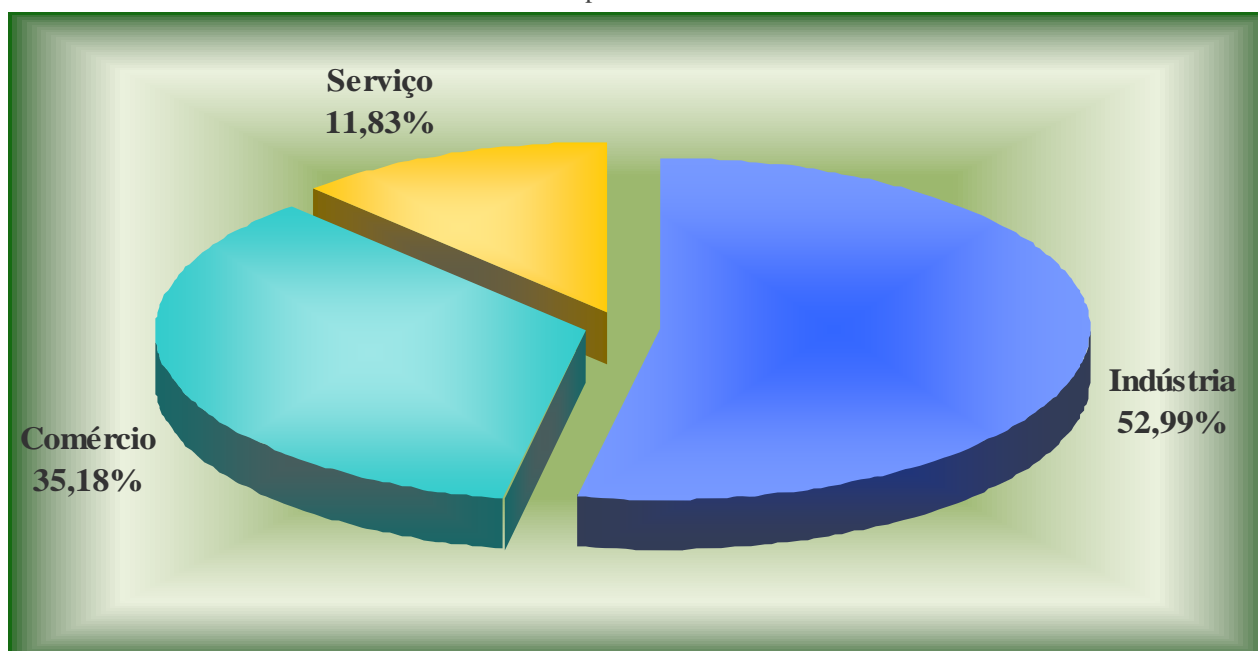
Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, ficando o Setor Industrial com R\$ 1,963 bilhão, o que representa um acréscimo nominal de 9,77% comparado ao de 2006. Já no setor comercial, a arrecadação atingiu R\$ 1,303 bilhão, o que evidencia um acréscimo nominal de 13,69%. Em seguida temos o setor de serviços, que atingiu R\$ 438 milhões e apresentou um crescimento nominal de 5,87%.

Tabela 07
Demonstrativo de Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2006	2007		
Indústria	1.788.312.483	1.963.062.118	52,99	9,77
Comércio	1.146.562.833	1.303.484.433	35,18	13,69
Serviço	413.801.477	438.103.070	11,83	5,87
RECEITA DE ICMS	3.348.678.799	3.704.649.620	100,00	10,63

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2007



Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2003 a 2007, que apresentou uma variação nominal de 70,09% ante 2003 e de 10,99 % em relação a 2006.



No que se refere à arrecadação do ICMS, nota-se um acréscimo nominal, em relação a 2006, de R\$ 356 milhões, ou 10,63% ; em relação a 2003, o crescimento nominal foi de R\$ 1,517 bilhão, o que representou 69,33%. Já na arrecadação do IPVA de 2007, o acréscimo nominal comparado a 2006 foi de R\$ 22 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 25,71%, em relação a 2003, o crescimento nominal foi de R\$ 62 milhões, representando uma variação de 129,46%. Estes acréscimos devem-se principalmente pelo crescimento econômico do Estado do Amazonas.

Os resultados das Contas Regionais divulgadas pelo IBGE em parceria com os governos estaduais mostram que apenas as regiões Norte e Nordeste ganharam maior participação no PIB do país. O Amazonas, por conta do bom desempenho da indústria e da agropecuária, teve uma performance acima da média nacional em relação ao PIB per capita, o que reflete diretamente no aumento da arrecadação.

Tabela 08
Evolução da Receita Tributária

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2003	2004	2005	2006	2007	2007/ 2003	2007/ 2006
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	2.346.663	2.779.878	3.205.311	3.596.389	3.991.536	70,09	10,99
Impostos	2.345.026	2.778.167	3.203.120	3.593.926	3.988.733	70,09	10,99
IR Retido na fonte	109.015	135.078	143.796	157.542	172.967	58,66	9,79
ITCMD	550	506	681	727	1.772	222,04	143,84
IPVA	47.653	58.131	72.794	86.980	109.344	129,46	25,71
ICMS	2.187.808	2.584.452	2.985.849	3.348.677	3.704.650	69,33	10,63
Taxas	1.637	1.712	2.192	2.463	2.803	71,24	13,81

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

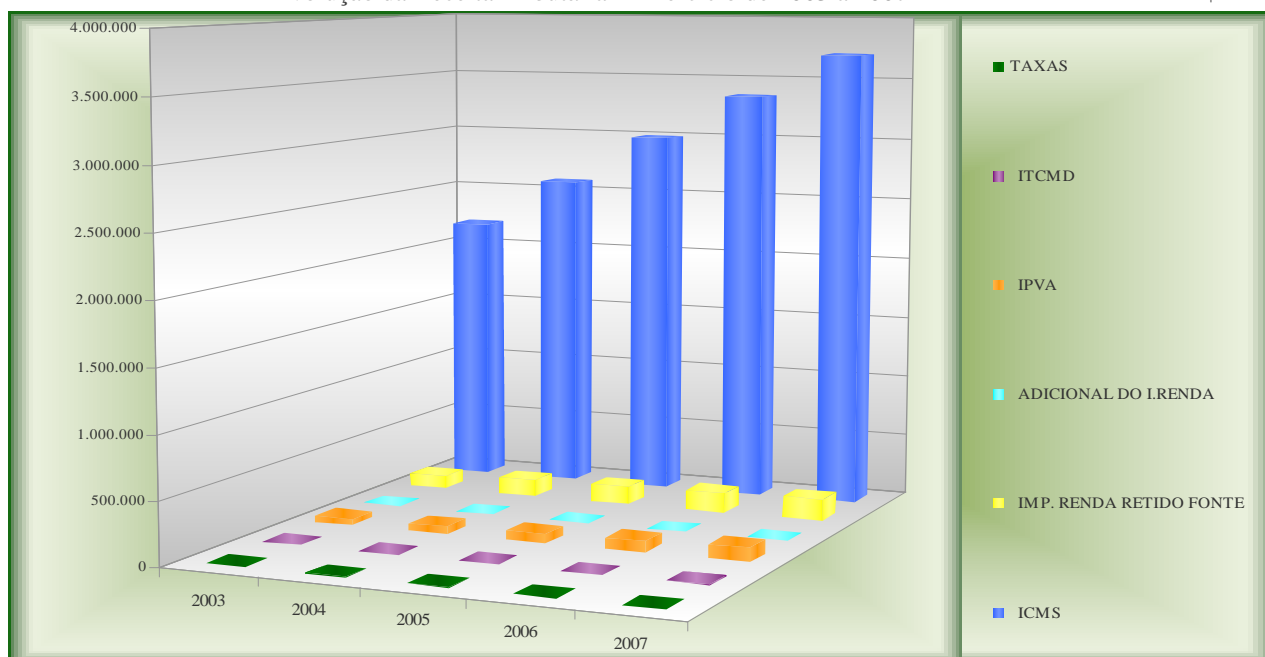
Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

(2) Valores Brutos, não consideradas as deduções da Receita para o FUNDEB.



Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2003 a 2007

R\$ Mil



No gráfico 08, apresentamos a evolução das duas principais receitas de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2003 a 2007, em valores correntes.

Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS e IPVA - Exercício de 2003 a 2007

R\$ Mil





2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício, foi de R\$ 2,095 bilhões; em relação a 2006, houve um acréscimo nominal expressivo de R\$ 222 milhões, ou 11,89%, demonstrado na tabela 09 e gráfico 09.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 79,23% do total arrecadado, evidenciando uma variação nominal de R\$ 154 milhões, ou 10,23% ante 2006.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências, com participação de 51,16% do total, apresentando uma variação nominal de R\$ 146 milhões, equivalente a 15,85% ante 2006.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 19,14% do total das transferências, o que evidencia uma variação nominal de R\$ 86 milhões, ou seja, 27,36% ante 2006.

Tabela 09
Transferências Correntes

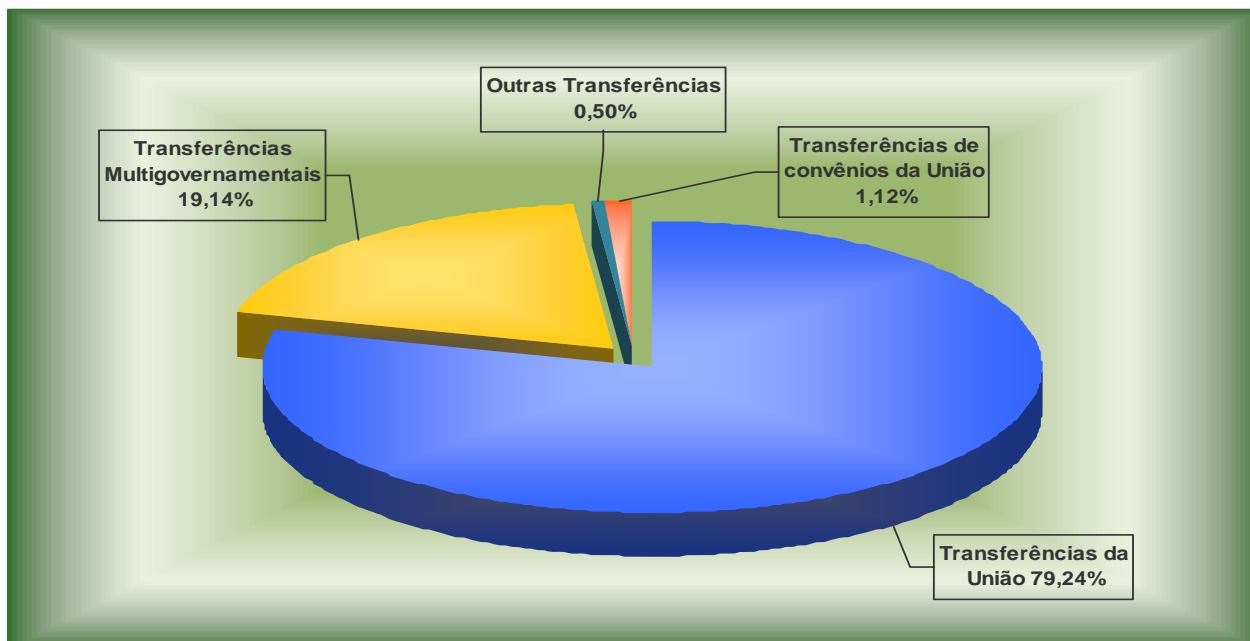
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2006	2007	PART.	VAR.
Transferências da União	1.505.747.893,88	1.659.787.790,64	79,24	10,23
Cota-parte do F.P.E.	925.129.560,46	1.071.745.424,21	51,16	15,85
Cota-parte do I.P.I.	80.650.726,05	85.344.794,23	4,07	5,82
Cota-parte da CIDE	27.079.984,91	28.673.143,10	1,37	5,88
Transf. Financeiras-L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740.245,00	14.740.245,00	0,70	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	163.821.061,59	146.549.521,47	7,00	(10,54)
Transferências de Recursos do SUS	200.476.154,19	223.205.583,12	10,66	11,34
Transferências de Recursos do FNDE	53.619.737,10	49.753.148,22	2,38	(7,21)
Transferências de Recursos do FNAS	407.040,20	57.805,80	0,00	(85,80)
Outras Transferências da União	39.823.384,38	39.718.125,49	1,90	(0,26)
Transferências Multigovernamentais	314.876.864,27	401.017.832,63	19,14	27,36
Transferências de Instituições Privadas	13.335.311,11	9.411.695,67	0,45	(29,42)
Transferências de Convênios da União	36.982.617,75	23.373.415,44	1,12	(36,80)
Transferências de Convênios dos Municípios	477.105,23	100.000,00	0,00	(79,04)
Transferências Instituições Privadas/Convênios	825.595,33	1.076.111,37	0,05	30,34
TOTAL	1.872.245.387,57	2.094.766.845,75	100,00	11,89

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.



Gráfico 09
Transferências Correntes



Na tabela 10 demonstramos as Transferências da União e suas Entidades, no exercício de 2007, para execução de convênios pelo Estado, já acrescidas dos rendimentos de aplicações financeiras, em ordem decrescente de valor. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, com 23,08% e 20,29%, respectivamente.



Tabela 10
Transferências de Convênios da União e suas Entidades

ÓRGÃO	VALOR	PART%
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas	5.395.659,96	23,08
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	4.741.864,56	20,29
Fundo Estadual de Saúde	2.169.248,86	9,28
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania	2.062.705,06	8,83
Instituto de Terras do Amazonas	1.193.669,49	5,11
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas	1.152.960,00	4,93
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	1.085.844,96	4,65
Fundação Universidade do Estado do Amazonas	915.497,97	3,92
Secretaria de Estado de Produção Rural	869.359,74	3,72
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas	812.022,67	3,47
Procuradoria Geral de Justiça	590.122,89	2,52
Agência de Floresta e Negócios Sustentáveis do Amazonas	484.177,32	2,07
Secretaria de Estado de Assistência Social	362.496,34	1,55
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	357.180,43	1,53
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	299.153,40	1,28
Secretaria de Estado de Política Fundiária	286.151,85	1,22
Fundação Vila Olímpica "Danilo de Mattos Areosa"	279.917,96	1,20
Secretaria de Estado de Segurança Pública	234.478,65	1,00
Fundação Estadual dos Povos Indígenas	21.821,46	0,09
Secretaria Executiva Adjunta	20.612,07	0,09
Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas	18.769,83	0,08
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas	9.242,60	0,04
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	9.158,71	0,04
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	1.298,66	0,01
TOTAL	23.373.415,44	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 apresentamos a receita de capital arrecadada, que totalizou R\$ 209 milhões e apresentou uma variação nominal de 23,50% em relação a 2006. Comentamos, a seguir, as receitas de capital com maior percentual de participação.



As Operações de Créditos estão assim compostas: R\$ 23 milhões de operação interna do contrato com a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa PRÓ-SANEAMENTO, com participação nas receitas de capital de 10,96% ; R\$ 108 milhões de operações externas, referente ao contrato do BID de nº 1692/OC-BR do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, com participação de 51,74% do total das receitas de capital, totalizando R\$ 131 milhões.

As Transferências de Capital são constituídas dos convênios recebidos da União e suas entidades, ficando com participação de 27,17% do total das receitas de capital.

As Outras Receitas de Capital são referentes à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRÁS em terras do Estado do Amazonas, representando 9,33% do total das receitas de capital.

Tabela 11
Receitas de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2006	2007	PART.	VAR
Operações de Crédito	86.096.699,83	131.177.883,22	62,70	52,36
Alienação de Bens Móveis	183.661,24	1.197.640,19	0,57	552,09
Amortização de Empréstimos	924.830,96	490.053,26	0,23	(47,01)
Transferências de Capital	60.722.703,58	56.819.877,33	27,17	(6,43)
Outras Receitas de Capital	21.459.208,70	19.513.741,38	9,33	(9,07)
TOTAL	169.387.104,31	209.199.195,38	100,00	23,50

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.5 Transferências de Capital

Na tabela 12 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos pelo Estado em 2007, acrescidos de rendimentos de aplicação financeira. Esta demonstração é feita por órgão, em ordem decrescente de valor, com destaque para a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Superintendência Estadual de Habitação, com 29,54% e 27,31%, respectivamente.



Tabela 12
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades) R\$

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	16.783.697,62	29,53
Superintendência Estadual de Habitação	15.518.781,12	27,31
Fundo Estadual de Saúde	6.207.263,54	10,92
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	4.579.973,70	8,06
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	4.145.022,36	7,30
Secretaria de Estado de Política Fundiária	3.845.711,74	6,77
Secretaria de Estado de Produção Rural	2.629.434,20	4,63
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1.649.239,42	2,90
Instituto de proteção Ambiental do Amazonas	518.000,00	0,91
Instituto de Terras do Amazonas	300.000,00	0,53
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania	197.816,00	0,35
Secretaria Executiva Adjunta	163.283,91	0,29
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas	150.000,00	0,26
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	54.003,32	0,10
Fundação Vila Olímpica "Danilo de Mattos Areosa"	47.712,29	0,08
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	16.242,11	0,03
Secretaria de Estado de Assistência Social	10.000,00	0,02
Fundação Universidade do Estado do Amazonas	3.696,00	0,01
TOTAL	56.819.877,33	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.6 Renúncia Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e Leis nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996, que instituem a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, a renúncia fiscal totalizou, em 2007, R\$ 2,968 bilhões, com participação de 45,09% da receita orçamentária, já deduzidas do FUNDEB e 74,37% da receita tributária, sem dedução para o FUNDEB, conforme demonstramos na tabela 13 a seguir.

Tabela 13
Demonstrativo da Renúncia Fiscal R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Leis nº 2.826, de 29/09/2003	2.727.056.630,20	91,87
Leis nº 1.939, de 27/12/1989 e Leis nº 2.390, de 08/05/1996	241.395.360,32	8,13
TOTAL	2.968.451.990,52	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita – AM



3 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

Compreende o valor da despesa fixada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 14, apresentamos as alterações orçamentárias por categoria econômica e grupo de despesas.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 6,606 bilhões, alterada em R\$ 502 milhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 8,22% do total fixado inicialmente, bem abaixo do limite estabelecido na LDO, que é de 40%.

Tabela 14
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
DESPESAS CORRENTES	4.910.410.330,00	573.297.553,34	5.483.707.883,34	83,01
Pessoal e Encargos Sociais	2.396.966.500,00	229.519.471,88	2.626.485.971,88	39,76
Juros e Encargos da Dívida	122.483.830,00	(14.076.077,66)	108.407.752,34	1,64
Outras Despesas Correntes	2.390.960.000,00	357.854.159,12	2.748.814.159,12	41,61
DESPESAS DE CAPITAL	808.554.670,00	304.821.552,63	1.113.376.222,63	16,85
Investimentos	655.144.500,00	316.714.376,67	971.858.876,67	14,71
Inversões Financeiras	4.134.000,00	1.953.851,70	6.087.851,70	0,09
Amortização da Dívida	149.276.170,00	(13.846.675,74)	135.429.494,26	2,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	385.483.000,00	(376.112.365,67)	9.370.634,33	0,14
TOTAL GERAL	6.104.448.000,00	502.006.740,30	6.606.454.740,30	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 15, demonstramos a despesa autorizada final, com as alterações ocorridas, por função e percentuais de participação em cada uma, destacando-se a função saúde e educação, com percentuais 19,23% e 15,54%, respectivamente.



Tabela 15
Despesa Autorizada Final por Função

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
01	Legislativa	180.531.000,00	15.470.981,86	196.001.981,86	2,96
02	Judiciária	214.878.000,00	23.595.229,45	238.473.229,45	3,61
03	Essencial à Justiça	110.857.056,00	4.884.656,81	115.741.712,81	1,75
04	Administração	555.298.792,00	(46.076.178,44)	509.222.613,56	7,71
06	Segurança Pública	391.109.000,00	92.987.084,70	484.096.084,70	7,33
08	Assistência Social	51.217.000,00	28.536.292,58	79.753.292,58	1,21
09	Previdência Social	189.830.036,00	(3.900,00)	189.826.136,00	2,87
10	Saúde	1.022.948.000,00	247.793.336,69	1.270.741.336,69	19,23
11	Trabalho	9.899.180,00	1.689.017,74	11.588.197,74	0,18
12	Educação	949.046.000,00	77.369.185,85	1.026.415.185,85	15,54
13	Cultura	65.004.000,00	16.260.288,01	81.264.288,01	1,23
14	Direitos da Cidadania	87.050.820,00	10.123.838,00	97.174.658,00	1,47
15	Urbanismo	70.449.116,00	121.972.697,95	192.421.813,95	2,91
16	Habitação	31.689.000,00	123.155.998,84	154.844.998,84	2,34
17	Saneamento	121.712.000,00	(21.601.078,85)	100.110.921,15	1,52
18	Gestão Ambiental	23.125.880,00	27.288.474,02	50.414.354,02	0,76
19	Ciência e Tecnologia	60.189.000,00	(5.130.474,81)	55.058.525,19	0,83
20	Agricultura	72.385.120,00	6.583.098,04	78.968.218,04	1,20
21	Organização Agrária	10.968.000,00	8.701.686,48	19.669.686,48	0,30
22	Indústria	2.000.000,00	(300.000,00)	1.700.000,00	0,03
23	Comércio e Serviços	12.602.000,00	503.111,81	13.105.111,81	0,20
24	Comunicações	43.040.000,00	12.379.214,44	55.419.214,44	0,84
25	Energia	2.363.000,00	(2.063.556,21)	299.443,79	0,00
26	Transporte	98.075.000,00	122.474.135,60	220.549.135,60	3,34
27	Desporto e Lazer	18.485.000,00	15.264.489,35	33.749.489,35	0,51
28	Encargos Especiais	1.324.213.000,00	(3.738.523,94)	1.320.474.476,06	19,99
99	Reserva de Contingência	385.483.000,00	(376.112.365,67)	9.370.634,33	0,14
TOTAL GERAL		6.104.448.000,00	502.006.740,30	6.606.454.740,30	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2007 totalizou R\$ 6,305 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 301 milhões, representando 4,56% do total da despesa autorizada, conforme demonstrado na tabela 16.

Este feito vem reforçar a determinação do governo em manter o equilíbrio fiscal e uma eficiente gestão dos gastos públicos.

Tabela 16
Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada R\$

TÍTULOS	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA%
DESPESAS CORRENTES	5.483.707.883,34	5.308.080.972,33	3,20
Pessoal e Encargos Sociais	2.626.485.971,88	2.589.253.572,66	1,42
Juros e Encargos da Dívida	108.407.752,34	106.810.621,09	1,47
Outras Despesas Correntes	2.748.814.159,12	2.612.016.778,58	4,98
DESPESAS DE CAPITAL	1.113.376.222,63	996.887.999,68	10,46
Investimentos	971.858.876,67	864.053.310,80	11,09
Inversões Financeiras	6.087.851,70	1.667.011,00	72,62
Amortização da Dívida	135.429.494,26	131.167.677,88	3,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.370.634,33	0,00	100,00
TOTAL	6.606.454.740,30	6.304.968.972,01	4,56

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 17 e gráfico 10, apresentamos o comparativo da receita arrecadada com a despesa empenhada mensal do exercício de 2007, evidenciando uma variação positiva da receita em relação à despesa de R\$ 279 milhões, ou 4,43%. No mês de janeiro ocorreu uma variação negativa de 49,65%, justificada pelo empenhamento inicial das despesas referentes às contas públicas estimadas e aos contratos globais para o exercício.

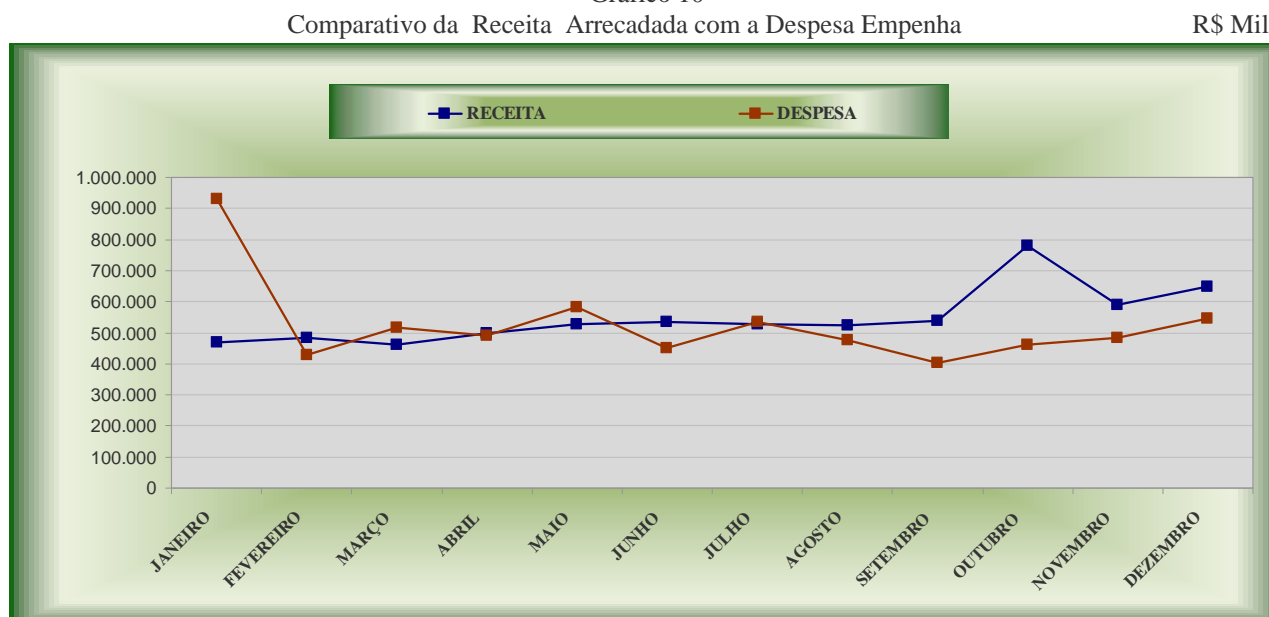


Tabela 17
Comparativo da Receita Arrecadada com Despesa Executada Mensal

MÊS	RECEITA ARRECADADA	DESPESA EMPENHADA	VAR. %
Janeiro	468.762.959,13	930.990.889,56	(49,65)
Fevereiro	484.734.589,20	429.416.917,83	12,88
Março	461.758.161,21	518.294.841,56	(10,91)
Abril	499.790.855,96	490.367.830,38	1,92
Maiο	526.406.429,66	580.679.911,52	(9,35)
Junho	533.808.094,19	451.351.776,38	18,27
Julho	526.974.937,31	535.168.206,28	(1,53)
Agosto	523.946.281,57	476.095.868,04	10,05
Setembro	536.642.104,95	401.634.139,43	33,61
Outubro	781.198.486,93	460.522.046,64	69,63
Novembro	591.029.450,35	484.029.217,76	22,11
Dezembro	648.944.811,37	546.417.326,63	18,76
TOTAL	6.583.997.161,83	6.304.968.972,01	4,43

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 10
Comparativo da Receita Arrecadada com a Despesa Empenha



A tabela 18 e o gráfico 11 evidenciam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo de despesa. Comparando os exercícios de 2007 com 2006, percebemos um acréscimo nominal de R\$ 557 milhões 9,69%. Destacamos os grupos “Outras Despesas Correntes e Pessoal” e “Encargos Sociais”, que tiveram variação positiva de 17,36% e 9,92%, respectivamente.



Tabela 18
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

ESPECIFICAÇÃO	2006	PART. %	2007	PART. %	VAR. %
DESPESAS CORRENTES	4.690.519.706,01	81,60	5.308.080.972,33	84,19	13,17
Pessoal e Encargos Sociais	2.355.639.668,45	40,98	2.589.253.572,66	41,07	9,92
Juros e Encargos da Dívida	109.275.961,32	1,90	106.810.621,09	1,69	(2,26)
Outras Despesas Correntes	2.225.604.076,24	38,72	2.612.016.778,58	41,43	17,36
DESPESAS DE CAPITAL	1.057.691.998,22	18,40	996.887.999,68	15,81	(5,75)
Investimentos	891.316.701,82	15,50	864.053.310,80	13,70	(3,06)
Inversões Financeiras	32.097.286,21	0,56	1.667.011,00	0,03	(94,81)
Amortização da Dívida	134.278.010,19	2,34	131.167.677,88	2,08	(2,32)
TOTAL	5.748.211.704,23	100,00	6.304.968.972,01	100,00	9,69

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 11
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo de Despesa – 2006 e 2007

R\$ Mil



Na tabela 19 e gráfico 12, apresentamos a despesa empenhada por função, comparando 2007 em relação a 2006, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Merecem destaques os acréscimos significativos nas funções “Comércio e Serviços” com percentual de variação de 125,42%, “Habitação” com 84,12%, “Assistência Social” com 46,22% e “Urbanismo” com 43,08%, o que reflete as ações implementadas pelo governo, principalmente na área social, com ênfase no programa PROSAMIM.



Tabela 19
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

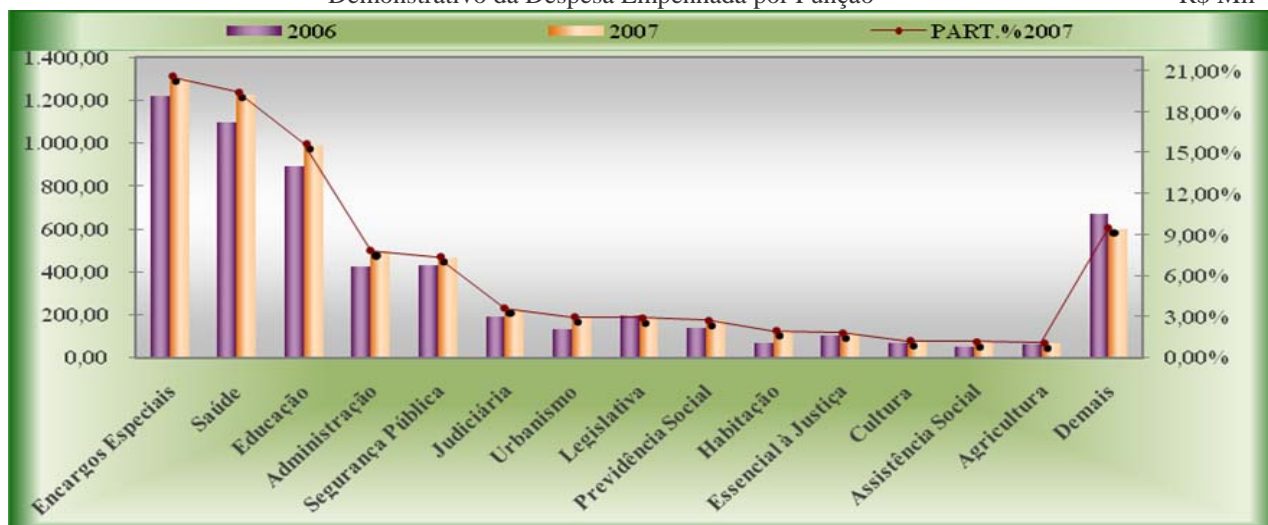
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	2006	PART. %	2007	PART. %	VAR. %
01	Legislativa	196.459.500,15	3,42	184.378.401,45	2,92	(6,15)
02	Judiciária	191.217.898,06	3,33	227.989.038,49	3,62	19,23
03	Essencial à Justiça	103.624.007,61	1,80	114.654.402,96	1,82	10,64
04	Administração	426.061.139,85	7,41	493.006.101,38	7,82	15,71
06	Segurança Pública	430.738.582,48	7,49	465.134.069,37	7,38	7,99
08	Assistência Social	50.397.387,44	0,88	73.691.536,16	1,17	46,22
09	Previdência Social	135.397.001,43	2,36	172.978.403,16	2,74	27,76
10	Saúde	1.098.139.504,37	19,10	1.226.353.974,55	19,45	11,68
11	Trabalho	12.311.863,32	0,21	8.901.265,20	0,14	(27,70)
12	Educação	890.531.536,84	15,49	990.068.868,97	15,70	11,18
13	Cultura	69.417.381,75	1,21	77.222.946,32	1,22	11,24
14	Direitos da Cidadania	104.685.114,74	1,82	91.182.611,45	1,45	(12,90)
15	Urbanismo	131.308.907,34	2,28	187.879.590,48	2,98	43,08
16	Habitação	67.326.222,72	1,17	123.958.750,56	1,97	84,12
17	Saneamento	113.187.643,68	1,97	99.823.866,80	1,58	(11,81)
18	Gestão Ambiental	30.394.398,12	0,53	39.326.538,49	0,62	29,39
19	Ciência e Tecnologia	30.657.558,27	0,53	39.218.979,03	0,62	27,93
20	Agricultura	64.369.600,41	1,12	67.456.028,55	1,07	4,79
21	Organização Agrária	14.496.061,30	0,25	13.972.593,70	0,22	(3,61)
22	Indústria	2.000.000,00	0,03	0,00	0,00	(100,00)
23	Comércio e Serviços	5.291.066,95	0,09	11.927.148,61	0,19	125,42
24	Comunicações	51.319.210,10	0,89	54.979.348,20	0,87	7,13
25	Energia	317.626,81	0,01	223.731,12	0,00	0,00
26	Transporte	265.566.585,40	4,62	209.790.887,67	3,33	(21,00)
27	Desporto e Lazer	41.681.701,13	0,73	30.442.353,59	0,48	(26,96)
28	Encargos Especiais	1.221.314.203,96	21,25	1.300.407.535,75	20,63	6,48
TOTAL GERAL		5.748.211.704,23	100,00	6.304.968.972,01	100,00	9,69

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 12
Demonstrativo da Despesa Empenhada por Função

R\$ Mil



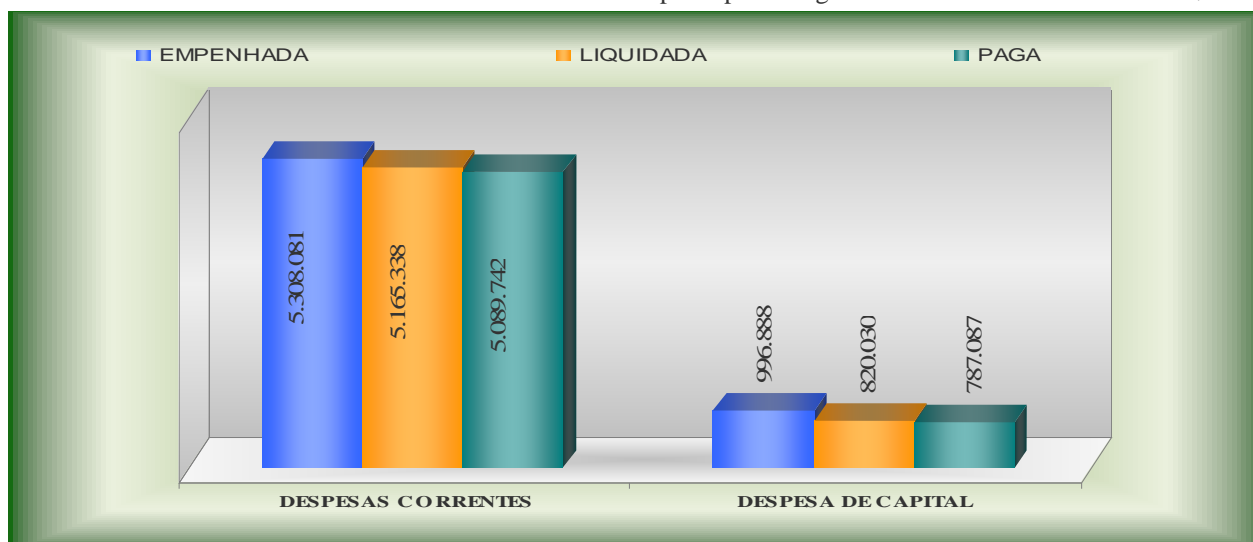
Nos Quadros 02 e 03, em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos e por órgão, respectivamente. Comparamos os exercícios de 2007 e 2006, com percentual de participação em cada item.

Nos quadros de 04 a 06, em anexo, demonstramos a evolução mensal da despesa empenhada, liquidada e paga, respectivamente, no exercício de 2007, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 13 a seguir evidencia a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2007, classificada por categoria econômica.

Gráfico 13
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica

R\$ Mil





3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das transferências de receitas aos Municípios, contabilizado pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2007, foi de R\$ 1,043 bilhão que, comparado ao exercício de 2006, cresceu R\$ 102 milhões, com variação nominal de 10,89%, conforme demonstrado na tabela 20 e gráfico 14.

Destacamos a participação das transferências do ICMS, com 89,46%, o que evidencia uma variação nominal positiva de 10,89% em relação a 2006. Também merecem destaque as transferências referentes ao IPVA, sendo a parte que obteve a maior variação ante 2006 (26,73%).

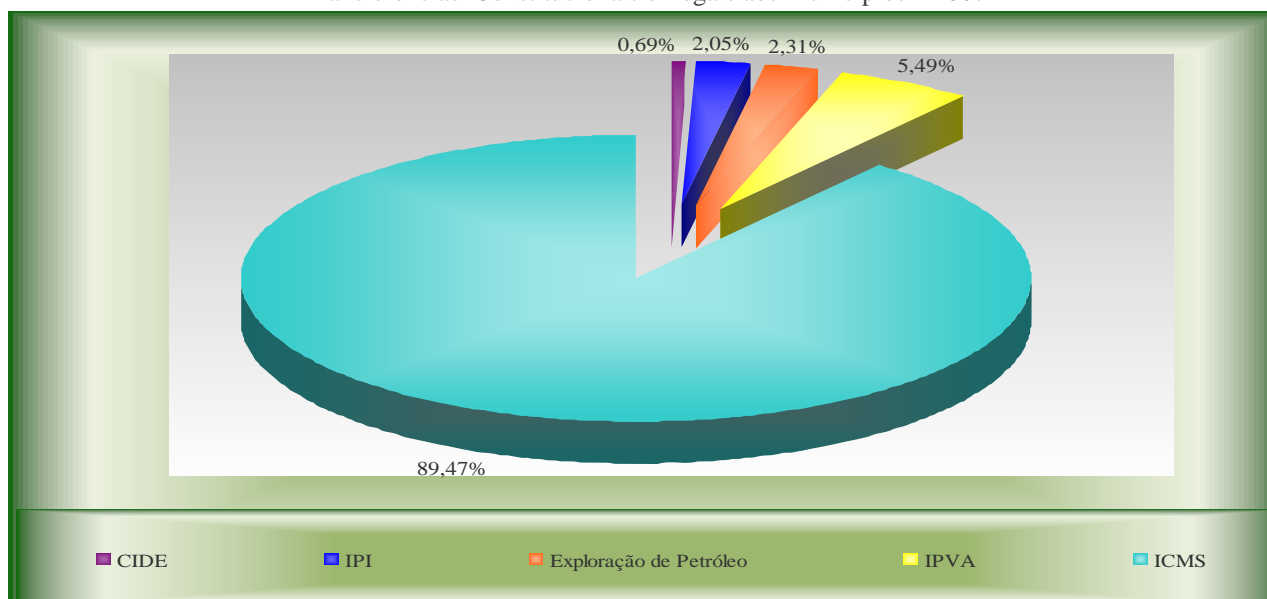
Coincidentemente, a variação total das transferências aos municípios de 2007 ante 2006 foi igual a variação das transferências do ICMS (10,89%). Isso confirma sua relevância na participação das receitas dos municípios.

Tabela 20
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

FONTE	2006	2007	PART. %	VAR. %
ICMS	841.367.232,57	933.019.001,86	89,46	10,89
IPVA	45.210.598,13	57.295.978,64	5,49	26,73
Exploração de Petróleo	26.915.022,19	24.047.042,05	2,31	(10,66)
IPI	20.162.681,64	21.336.198,57	2,05	5,82
CIDE	6.769.996,23	7.168.285,78	0,69	5,88
TOTAL	940.425.530,76	1.042.866.506,90	100,00	10,89

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 14
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios – 2007





3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2007, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 475 milhões que, comparado ao exercício de 2006, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 16 milhões, conforme demonstrado por cada órgão na tabela 21 e gráfico 15.

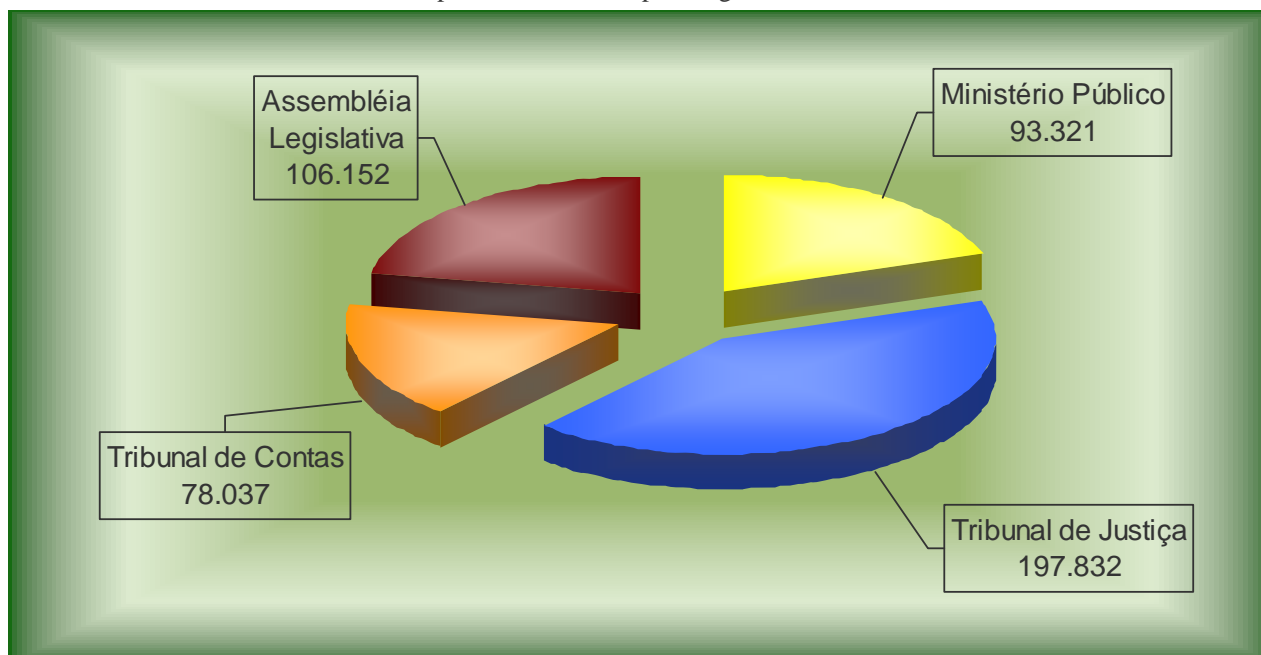
Tabela 21
Demonstrativo de Repasse aos Poderes

ÓRGÃO	2006	2007
Assembléia Legislativa	107.238.000,00	106.151.702,72
Tribunal de Contas	78.467.000,00	78.036.670,04
Tribunal de Justiça	187.289.000,00	197.832.083,37
Ministério Público	86.313.000,00	93.320.732,03
TOTAL	459.307.000,00	475.341.188,16

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 15
Repasse aos Poderes por Órgão – 2007

R\$ Mil





4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, “demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 22.

O Estado do Amazonas apresentou um superávit orçamentário de R\$ 279 milhões em 2007 que, comparado ao exercício de 2006, acresceu em R\$ 247 milhões, representando uma variação nominal significativa de 774,29% .

Analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2006, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 137 milhões, conforme demonstrada no quadro 02, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta de superávit financeiro de 2006, teríamos um superávit orçamentário, do exercício, da ordem de R\$ 416 milhões.

Tabela 22
Comparativo do Balanço Orçamentário

FONTE	2006	2007	VAR %
1 Receita Prevista	5.366.749.000,00	6.104.448.000,00	13,75
2 Receita Arrecadada	5.780.126.392,44	6.583.997.161,83	13,91
3 SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO (2-1)	413.377.392,44	479.549.161,83	16,01
4 Despesa Autorizadas	5.960.263.812,47	6.606.454.740,30	10,84
5 Despesa Empenhada	5.748.211.704,23	6.304.968.972,01	9,69
6 ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (4-5)	212.052.108,24	301.485.768,29	42,18
7 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (2-5)	31.914.688,21	279.028.189,82	774,29

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Apresentamos, na tabela 23, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, com apuração do superávit orçamentário em corrente e capital.



Tabela 23
Resultado da Execução Orçamentária

TÍTULO	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	7.036.716.343,72
2 Despesas Correntes	5.308.080.972,33
3 Deduções Da Receita	(661.918.377,27)
4 RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE (1-2-3)	1.066.716.994,12
5 Receitas De Capital	209.199.195,38
6 Despesas De Capital	996.887.999,68
7 RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL (5-6)	(787.688.804,30)
8 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (4+7)	279.028.189,82

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 24, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2006 e 2007.

O resultado financeiro apurado em 2007 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências passivas) foi positivo em R\$ 585 milhões. Esse resultado já considera a utilização de R\$ 137 milhões no exercício, do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2006.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.



Tabela 24
Demonstrativo do Balanço financeiro

FONTE	2006	2007	VAR %
1. Receita Orçamentária	5.780.126.392,44	6.583.997.161,83	13,91
2. Receita Extra-Orçamentária	3.344.703.064,28	3.900.793.022,57	16,63
3. Interferências Ativas	10.354.106.853,75	10.827.579.429,86	4,57
4. Despesa Orçamentária	5.748.211.704,23	6.304.968.972,01	9,69
5. Despesa Extra-Orçamentária	3.443.507.868,30	3.594.262.708,13	4,38
6. Interferências Passivas	10.354.384.739,35	10.828.071.536,11	4,57
7. Saldo do Exercício Anterior	507.160.491,59	439.992.490,18	(13,24)
8. Saldo para o Exercício Seguinte	439.992.490,18	1.025.058.888,19	132,97
7. RESULTADO FINANCEIRO ((1+2+3)-(4+5+6))	(67.168.001,41)	585.066.398,01	971,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 25 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2007, um acréscimo nominal de 23,76% ante 2006, ou R\$ 624 milhões.

O recurso hábil para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho). O superávit financeiro do exercício de 2007 totalizou R\$ 564 milhões.

O valor de R\$ 2,862 bilhões, representado no Balanço Patrimonial de 2007 pelo Imobilizado, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros. Esse trabalho poderá ser feito por técnicos da administração do patrimônio do Estado ou por empresa especializada do ramo, com emissão de laudo técnico.



Tabela 25
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2006	2007	VAR %
1 Ativo Financeiro	462.864.989,86	1.047.830.890,96	126,38
2 Realizável a Longo Prazo	1.369.866.408,38	1.594.735.485,12	16,42
3 Ativo Permanente	2.969.808.963,59	3.051.226.069,93	2,74
4 Ativo Compensado	17.594.565,38	17.625.573,45	0,18
5 TOTAL DO ATIVO	4.820.134.927,21	5.711.418.019,46	18,49
6 Passivo Financeiro	206.955.746,94	483.206.280,37	133,48
7 Exigível a Longo Prazo	1.966.507.755,95	1.956.955.059,67	(0,49)
8 Passivo Compensado	17.594.565,38	17.625.573,45	0,18
9 PASSIVO REAL	2.191.058.068,27	2.457.786.913,49	12,17
SALDO PATRIMONIAL (5-9)	2.629.076.858,94	3.253.631.105,97	23,76

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.3.1 Resultado/Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2007 um resultado patrimonial positivo de R\$ 624 milhões, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 3,254 bilhões, com variação nominal ante 2006 de 23,76%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 26.

Tabela 26
Resultado/Saldo Patrimonial

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VARIAÇÃO %
2003	567.774.127,30	1.781.561.353,69	46,78
2004	135.987.313,50	1.917.548.667,19	7,63
2005	146.054.003,86	2.063.602.671,05	7,62
2006	565.474.187,89	2.629.076.858,94	27,40
2007	624.554.247,03	3.253.631.105,97	23,76

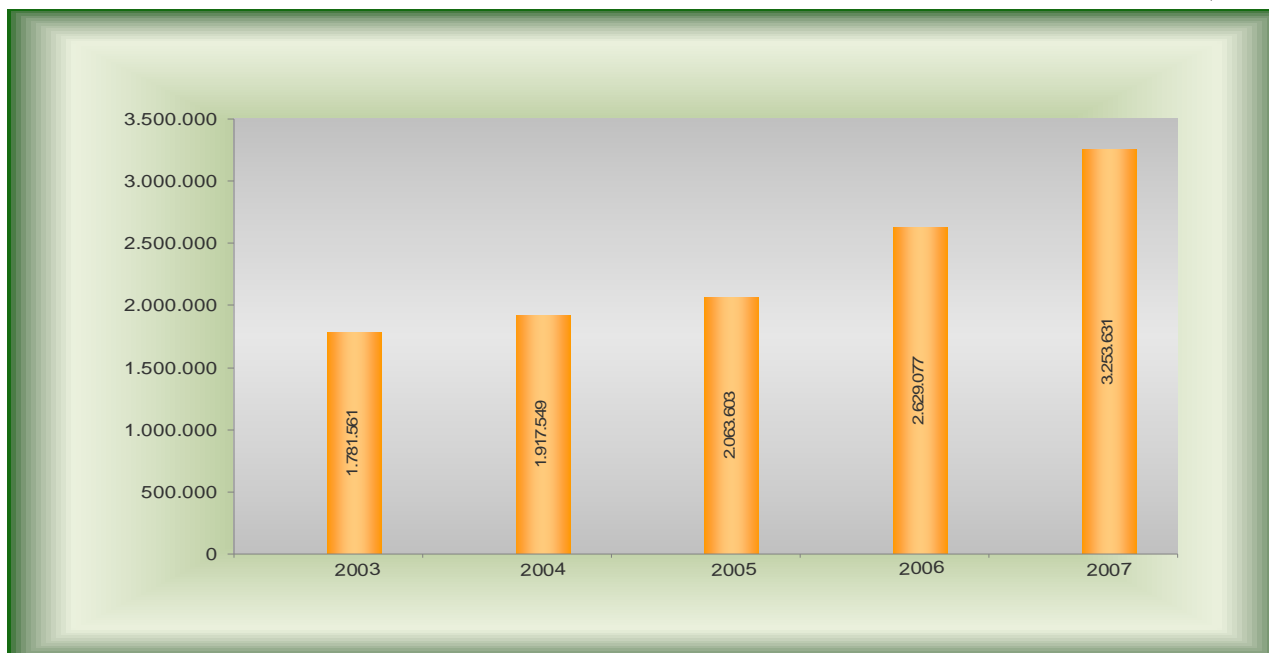
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 16, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2003 a 2007, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2007 ante 2003 de 82,63 %, ou R\$ 1,472 bilhão.



Gráfico 16
Saldo Patrimonial – 2003 a 2007

R\$ Mil



4.4 Variações Patrimoniais

O demonstrativo das variações patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 27.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2007, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 624 milhões, com variação nominal ante 2006 de 10,45%.

Tabela 27
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	2006	2007	VAR %
1. VARIAÇÕES ATIVAS	17.058.755.515,29	18.297.164.842,40	7,26
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	5.780.126.392,44	6.583.997.161,83	13,91
1.2 Mutações Patrimoniais	430.135.871,03	252.897.608,89	(41,21)
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	10.848.493.251,82	11.460.270.071,68	5,64
2. VARIAÇÕES PASSIVAS	16.493.281.327,40	17.672.610.595,37	7,15
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	5.748.211.704,23	6.304.968.972,01	9,69
2.2 Mutações Patrimoniais	98.864.033,46	171.325.769,37	73,29
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	10.646.205.589,71	11.196.315.853,99	5,17
3. RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	565.474.187,89	624.554.247,03	10,45

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



5 BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 07, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2007, foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 57 milhões, representando 5,78% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2006. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 7,390 milhões, sendo R\$ 5,095 milhões do principal, R\$ 1,805 milhões de multas e R\$ 490 mil de juros e correção, representando apenas 0,75% do saldo do estoque da dívida existente em 2006. Foram recuperados R\$ 1,144 milhão em adjudicações, representando 0,12% do saldo da dívida de 2006. Os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 243 milhões, e representou 24,60% do saldo de 2006. Esses ajustes, segundo o departamento de arrecadação da SEFAZ, são referentes à atualização monetária, diferença resultantes de alterações ocorridas, perdas dos benefícios de redução de multas e juros decorrentes de parcelamentos com anistias e outros. Ocorreram, ainda, cancelamentos de Certificados de Dívida Ativa - CDA no valor total de R\$ 42 milhões, representando 4,31% do saldo da dívida de 2006. O saldo final do estoque da dívida ativa, em 2007, foi de R\$ 1,239 milhões, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 28.

Tabela 28
Demonstrativo da Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA	VALOR	%/2006
Saldo em 31/12/2006	989.620.735,32	
Inscrições em 2007	57.220.664,99	5,78
Ajustes de Exercícios Anteriores	243.469.959,40	24,60
Valores Recebidos (Principal, Juros, Multas e Correção Monetária)	7.389.989,09	0,75
Valores Recuperados (Adjudicações)	1.144.338,20	0,12
Cancelamentos de CDA	42.651.194,66	4,31
Saldo em 31/12/2007	1.239.125.837,76	125,21

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



6.2 Dívida Pública

Constituem dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa. Enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 19,80% do total, aquelas são compostas por obrigações de longo prazo e representam 80,20% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas PNAFE, PROSAMIM e PROSANEAMENTO. A dívida consolidada do setor público, no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2007, de R\$ 2,440 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 29:

Tabela 29
Demonstrativo da Dívida Fundada R\$

DÍVIDA	VALOR		PERCENTUAL %	
	2006	2007	PART.	VAR.
Fundada Interna	1.580.718.899,83	1.571.378.043,89	64,40	(0,59)
Fundada Externa	385.788.856,12	385.577.015,78	15,80	(0,05)
Flutuante	206.955.746,94	483.206.280,37	19,80	133,48
TOTAL	2.173.463.502,89	2.440.161.340,04	100,00	12,27

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A dívida fundada total de R\$ 1,957 bilhão representa 19% do limite de 2(duas) vezes a receita corrente líquida (R\$ 10,662 bilhões), estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2007, houve um acréscimo nominal de 12,27% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2006. Esse fato foi reflexo, principalmente, do aumento da dívida flutuante ou de curto prazo.

Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o seu valor nominal se mantém relativamente estável em função do equilíbrio entre as receitas de operações de crédito e as amortizações, entretanto, em termos relativos, a dívida vem se reduzindo de forma acentuada. A razão dívida/PIB do Estado do Amazonas se reduziu de aproximadamente 9% em 2003 para 6% em 2005, considerando os dados do último PIB divulgado, o que demonstra mais uma vez a elevada capacidade financeira do Estado, conforme gráfico 17.



Gráfico 17
Evolução do Estoque da Dívida



Na tabela 30 apresentamos um comparativo da dívida fundada do Estado, no período de 2003 a 2007, onde podemos observar que o Amazonas saiu de uma relação de 71,96% em 2003 para 36,49% em 2007.

Tabela 30
Comparativo da Dívida Fundada com Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2003	2004	2005	2006	2007
Interna	1.656.045	1.653.444	1.620.169	1.580.719	1.571.378
Externa	542.159	461.613	373.743	385.789	385.577
Total	2.198.204	2.115.057	1.993.912	1.966.508	1.956.955
RCL do Exercício	3.054.642	3.751.411	4.294.390	4.670.314	5.331.931
Dív. Fundada / RCL (%)	71,96	56,38	46,43	42,11	36,70

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL. Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público. A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.

O Estado do Amazonas, em 2007, apurou um custo líquido total com pessoal de 44,05% em relação à receita corrente líquida – RCL, calculado por esta Secretaria, cabendo ao Poder Executivo 38,42%, portanto, abaixo do limite estabelecido em Lei, conforme demonstramos na tabela 31.

Tabela 31
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO		
Pessoal Ativo Civil	1.695.507.213,78	31,81
Pessoal Ativo Militar	189.562.323,08	3,56
(-) Decorrentes de decisão Judicial	16.926.504,86	0,32
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	25.238.637,78	0,47
(-) Indenizações por Demissão	266.455,02	0,00
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	205.986.414,02	3,86
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	2.048.624.353,22	38,42
PODER LEGISLATIVO (*)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (II)	92.233.353,13	1,73
PODER JUDICIÁRIO (*)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III)	145.423.437,64	2,73
MINISTÉRIO PÚBLICO (*)		
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (IV)	62.566.490,21	1,17
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	2.348.847.634,20	44,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	5.331.931.462,35	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	3.199.158.877,41	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	3.039.200.933,54	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

(*) Valores indicativos calculado pela SEFAZ



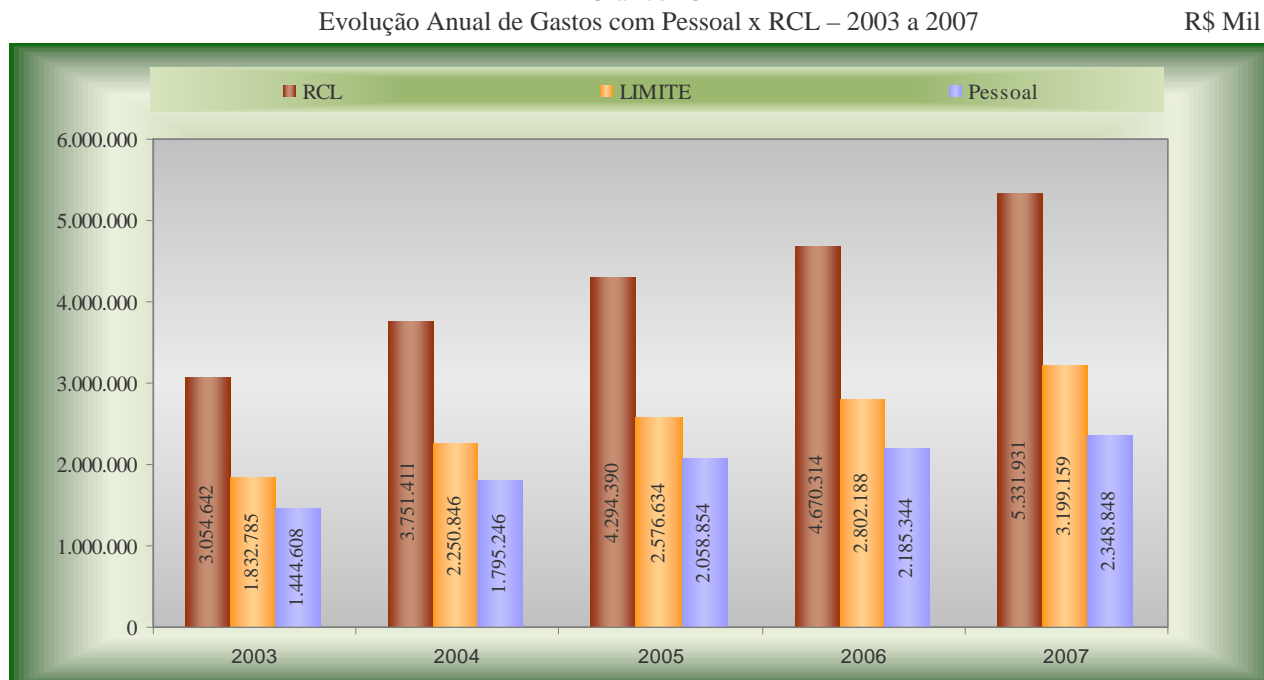
Demonstramos, na tabela 32 e gráfico 18, a evolução anual da relação gastos com pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2003 a 2007.

Tabela 32
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2003 a 2007

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007
RCL	3.054.642	3.751.411	4.294.390	4.670.314	5.331.931
Despesa de Pessoal	1.444.608	1.795.246	2.058.854	2.185.344	2.348.848
Limite Legal (60% s/RCL)	1.832.785	2.250.846	2.576.634	2.802.188	3.199.159
% Relação Pessoal/RCL	47,29	47,86	47,94	46,79	44,05

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 18
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2003 a 2007



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.



Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2007, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 1,066 bilhão, correspondente a 25,48% da receita de impostos e transferências disponíveis para o Estado.

A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior, ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 20 milhões.

Tabela 33
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal)

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
1 Receita de Impostos		4.021.417.294,09
2 Transferências da União		1.171.875.811,02
3 (-) Transferências Constitucionais e Legais		1.011.651.176,41
4 TOTAL (1+2+3)		4.181.641.928,70
5 VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	1.045.410.482,18
6 VALOR APLICADO	25,48%	1.065.621.122,82
7 DIFERENÇA (6-5)	0,48%	20.210.640,64

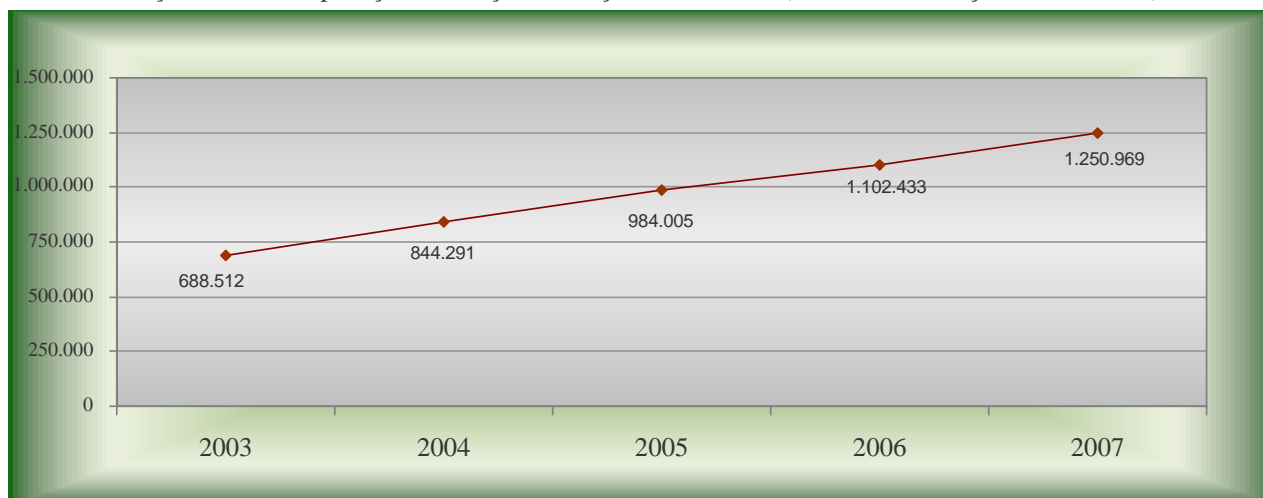
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios, de R\$ 261 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 1,251 bilhão. O valor da redistribuição demonstrado na tabela 35 corresponde à diferença entre o repasse do Estado para o FUNDEB e o valor recebido de retorno, que de acordo com a LRF anexo X, esse valor é considerado aplicado na educação, para efeito do que determina a constituição.

Demonstramos, no gráfico 19, a evolução anual da aplicação na função educação, considerando o conceito acima, no período de 2003 a 2007.



Gráfico 19
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2003 a 2007 (inclui redistribuição do FUNDEB) R\$ Mil



Em 2007, as vinculações das receitas do Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno recebido pelo mesmo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas R\$ 261 milhões, ou seja, 39,42% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 34, por fonte.

Tabela 34
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	DIF./REP. %
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS	466.320.560,57	269.048.349,85	67,09	197.272.210,72	42,30
IPVA	3.813.787,23	2.987.422,33	0,74	826.364,90	21,67
ITCMD	118.038,80	46.376,09	0,01	71.662,71	60,71
ITR	0,00	15.547,06	0,00	(15.547,06)	-
FPE	178.546.877,51	79.837.915,77	19,91	98.708.961,74	55,28
FPM	0,00	39.674.846,18	9,89	(39.674.846,18)	-
IPI	10.663.388,38	6.357.078,09	1,59	4.306.310,29	40,38
Lei Kandir	2.455.724,78	1.464.552,79	0,37	991.171,99	40,36
Origem LC 91/97	0,00	1.585.744,47	0,40	(1.585.744,47)	-
TOTAL	661.918.377,27	401.017.832,73	100,00	260.900.544,54	39,42

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2007, o Estado do Amazonas, de acordo com estas disposições constitucionais, aplicou R\$ 970 milhões, ou 23,19%, excedendo em R\$ 468 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 35.

Tabela 35
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
1 Receitas de Impostos	4.021.417.294,09	
2 Transferências da União	1.171.830.463,44	
3 (-) Transferências Constitucionais E Legais	1.011.651.176,41	
4 TOTAL (1+2-3)	4.181.596.581,12	
5 VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% do 4)	12,00%	501.791.589,73
6 VALOR APLICADO	23,19%	969.661.464,35
7 DIFERENÇA (6-5)	11,19%	467.869.874,62

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2007, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 1,226 bilhão.

No Gráfico 20 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2003 a 2007.

Gráfico 20
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde





7.4 Resultado Primário e Operacional

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o governo do Amazonas apurou um resultado primário positivo de R\$ 334 milhões, conforme demonstrado na tabela 36. Entende-se como Resultado Primário a diferença entre a receita orçamentária total (excluídas as financeiras, de operações de crédito, de amortização de empréstimos e de alienação de bens) e a despesa orçamentária total (excluídas as de juros, encargos e amortizações das dívidas e de concessão de empréstimos).

O Estado, no exercício de 2007, apurou resultado operacional positivo de R\$ 279 milhões, representado pela diferença entre o total da receita orçamentária e o total da despesa orçamentária. Considerando-se que no total das despesas empenhadas está computada a utilização de créditos orçamentários abertos com recursos do superávit financeiro de 2006, no valor de R\$ 137 milhões, sem a receita correspondente no exercício de 2007, teríamos, conceitualmente, um resultado operacional de R\$ 416 milhões.

Tabela 36
Resultado Primário e Operacional – 2007

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	R\$ Mil VARIÇÃO %
RECEITAS	5.780.126	6.583.997	13,91
1 RECEITAS CORRENTES	6.137.517	7.036.716	14,65
1.1 Receita Tributária	3.596.389	3.991.536	10,99
1.2 Receita Patrimonial	39.989	50.429	26,11
1.3 Transferências Correntes	1.872.245	2.094.767	11,89
1.4 Outras Receitas Correntes	628.894	899.985	43,11
2 RECEITAS DE CAPITAL	169.387	209.199	23,50
2.1 Operações de Crédito	86.097	131.178	52,36
2.2 Alienação de Bens	184	1.198	552,09
2.3 Amortização de Empréstimo	925	490	(47,01)
2.4 Outras Receitas de Capital	82.182	76.334	(7,12)
3 DEDUÇÕES DAS RECEITAS P/ FUNDEB	(526.778)	(661.918)	25,65
DESPESAS	5.748.212	6.304.969	9,69
4 DESPESAS CORRENTES	4.690.520	5.308.081	13,17
5 DESPESA DE CAPITAL	1.057.692	996.888	(5,75)
6 RESULTADO PRIMÁRIO	150.659	334.267	121,87
(-) Juros e Encargos da Dívida	109.276	106.811	(2,26)
(+) Receitas Financeiras	39.925	49.874	24,92
(-) Amortizações da Dívida	134.278	131.168	(2,32)
(+) Alienação de Bens/Concessões/Privatização	184	1.198	552,09
(-) Concessão de Empréstimos	2.320	-	(100,00)
(+) Amortização de Empréstimos	925	490	(47,01)
(+) Operações de Créditos	86.097	131.178	52,36
7 RESULTADO OPERACIONAL	31.915	279.028	774,29

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



8 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO

O Estado do Amazonas, desde 1998, mantém com a União, através da Secretaria do Tesouro Nacional, o contrato nº 005/98, que trata do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado. Esse programa é elaborado anualmente, tendo vigência de três anos, sendo revisado a cada ano, contendo as metas a serem cumpridas pelo Estado, com referência ao Resultado Primário, Dívida Financeira, Arrecadação Própria, Despesas de Pessoal, Reforma do Estado e Despesas de Investimentos.

O Estado tem buscado e obtido êxito na manutenção do equilíbrio fiscal e tem, ao longo desse período, cumprido todas as metas estabelecidas no programa, e o fez também em 2007, neste sentido, as duas principais metas estabelecidas e cumpridas pelo Estado no Exercício de 2007 foram:

1- Dívida x Receita Líquida Real - RLR com meta estimada para, no máximo, o total da RLR, o Estado obteve uma relação de 0,40, ou seja, a cada real líquido arrecadado o Amazonas tem comprometido quarenta centavos com sua dívida de longo prazo.

2- A meta estimada para o Resultado Primário foi de R\$ 153 milhões, tendo sido alcançado o resultado de R\$ 335 milhões.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve por objetivo primordial subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, demonstrando os resultados alcançados, no exercício de 2007. Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.



Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas. Não obstante, o esforço e a dedicação da equipe técnica e administrativa que são incansáveis na busca desse constante aprimoramento. Neste contexto estão, as implementações efetuadas no Sistema AFI, no decorrer do presente exercício, que muito auxiliaram os órgãos e o próprio governo no registro dos atos e fatos da administração e na transparência para a sociedade.

Agradecemos, primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelo trabalho, saúde e oportunidade para a realização deste trabalho. Agradecemos ao senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

Nossa gratidão a toda equipe da Secretaria Executiva do Tesouro pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. De forma especial, agradecemos ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos órgãos das administrações direta e indireta.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas e transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 31 de março de 2007.

Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro

Maria da Conceição Guerreiro de Souza
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM